

PROJETO DE LEI Nº , DE 2020  
(Do Sr. Wilson Santiago)

Dispõe sobre o acesso das pessoas às agências bancárias e casas lotéricas durante vigência do estado de calamidade pública e emergência de saúde de importância internacional decorrente do novo coronavírus (SARS-CoV-19).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica limitada a entrada de clientes no interior de cada agência bancária e casas lotéricas, com a permanência máxima de 10 (dez) pessoas por vez, enquanto houver a vigência de Estado de Calamidade Pública decorrente das endemias, epidemias e pandemias originárias nas quais a transmissão ocorra pelas vias respiratórias, preservando a recomendação de manter um distanciamento mínimo de um metro e meio entre as pessoas.

Parágrafo único. Cabe aos Estados e Municípios acionarem seus órgãos de fiscalização para impedir o descumprimento das normas definidas nesta Lei.

Art. 2º Os clientes que estiverem aguardando para ingressarem nas instituições bancárias e casas lotéricas deverão formar filas com espaçamento mínimo de um metro e meio, ficando sob responsabilidade do agente financeiro a disponibilização de funcionários para assegurar o distanciamento individual e social entre as pessoas, nas suas áreas internas e externas.

Parágrafo único. As instituições bancárias e casas lotéricas poderão requerer apoio dos agentes de segurança pública municipais

e estaduais para garantir o cumprimento do espaçamento individual mínimo previsto nesta lei.

Art. 3º A utilização de máscara de proteção facial é obrigatória para o cliente que esteja utilizando os serviços desses estabelecimentos, nos limites do espaço físico interno ou externo de cada instituição financeira, sendo proibido o atendimento de qualquer pessoa que descumpra os dispositivos desta Lei:

I - a agência bancária ficará autorizada a fornecer gratuitamente ao seu cliente máscara de proteção facial;

II - a máscara de proteção facial é pessoal e intransferível, não podendo ser reciclada ou reutilizada por outra pessoa.

Art. 4º O descumprimento dos dispositivos previstos nesta lei acarretará multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), que será corrigida mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Parágrafo único. Os valores arrecadados nos Estados e Municípios, em decorrências do descumprimento desta Lei, serão utilizados pelos entes subnacionais ao combate das endemias, epidemias ou pandemias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Neste momento, vivemos uma profunda crise de saúde pública de dimensões internacionais decorrente da pandemia provocada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2) que está se alastrando pelo Brasil, de forma exponencial, sem qualquer controle por parte das autoridades sanitárias brasileiras, ao ponto de o Congresso Nacional aprovar o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de

março de 2020, reconhecendo a ocorrência do estado de calamidade pública, em todo território nacional, com efeitos até 31 de dezembro de 2020, devido a Covid-19.

Em resposta ao processo acelerado de expansão do Sars-Cov-2, os governadores dos estados decretaram o isolamento social como política pública para tentar conter o aumento acelerado da contaminação de milhares de pessoas, buscando com isso reduzir o número de pacientes que congestionaram as emergências e leitos hospitalares, para evitar sobrecarga ou colapso do sistema de saúde em escala nacional. Visa assegurar também tempo hábil para reduzir o número de pessoas internadas e adequar a demanda por serviços hospitalares à capacidade de leitos e emergência em casa Ente Público.

Essa medida adotada pelos estados gerou a interrupção de boa parte das atividades econômicas, sociais, políticas e culturais do país, como o fechamento das indústrias, estabelecimentos comerciais, o funcionamento apenas dos serviços da administração pública considerados essenciais, suspensão do calendário escolar e das aulas nos estabelecimentos de ensino e universidades. A consequência natural desta crise foi o aumento do desemprego com a demissão de milhões de trabalhadores e uma paralisia de quase todas as atividades econômicas do país.

Procurando dar resposta ao quadro social de crise causada pela pandemia, o Congresso Nacional editou a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente dos efeitos causados pelo coronavírus (Covid-19). A partir da promulgação desta norma foi instituído, durante o período de três meses, a contar da publicação da Lei, o auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

O pagamento do auxílio emergencial gerou um caos para a política de isolamento social, principalmente porque colocou milhares de brasileiros nas extensas filas, gerando uma aglomeração de pessoas que em desespero queriam receber a ajuda financeira do governo federal, devido à suspensão de suas atividades profissionais ou desemprego. Sem obedecer ao distanciamento social mínimo, fundamento básico da política de combate e prevenção do expansivo e acelerado processo de contaminação do novo coronavírus, os brasileiros estão colocando em risco suas vidas para receber o auxílio emergencial.

Neste sentido, a iniciativa desta proposição de Projeto de Lei visa delegar a responsabilidade pela organização das filas às instituições bancárias, dentro e fora de suas instalações, garantir a integridade física e segurança das pessoas que buscam o seu direito legal de receber o auxílio emergencial, previsto no art. 2º da Lei nº 13.982/2020, e manter o distanciamento social entre os indivíduos para evitar a expansão da contaminação.

Diante dos argumentos apresentados e da expansão exponencial de contaminação do novo coronavírus (Sars-Cov-2), que tem tirado a vida de milhares de brasileiros, peço aos meus pares o apoio necessário para tornar lei essa proposição que visa gerar maiores obrigações e a responsabilização por parte das instituições financeiras. Com isto, haverá melhora na qualidade da prestação dos serviços bancários, contribuindo ainda mais para que a sociedade brasileira supere esta gravíssima crise sanitária que assola o mundo inteiro.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2020.

**Deputado WILSON SANTIAGO**

**PTB/PB**

Documento eletrônico assinado por Wilson Santiago (PTB/PB), através do ponto SDR\_56138, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

